

QUEBRANDO TABUS: A NECESSIDADE DE PROMOVER A EDUCAÇÃO SEXUAL PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA APAE

Cecília Dias de Paiva¹
Alcione Januária Teixeira da Silveira²

cionepsi@hotmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais e Aplicadas

RESUMO

A sexualidade é tópico de relevância primordial no contexto escolar, motivado por uma variedade de fatores. A compreensão dos desejos e sentimentos, muitas vezes guardados no âmago das pessoas, pode ser instrumental no reconhecimento e abordagem de diversas problemáticas relacionadas à sexualidade, incluindo as questões de gênero. Ao se tratar da educação sexual para pessoas com deficiência, a situação se torna ainda mais delicada. A combinação dos preconceitos sobre deficiência e sexualidade, incluindo mitos de ausência de interesse sexual e comportamento sexual excessivo em pessoas com deficiência, com discursos neoconservadores atuais, pode dificultar ainda mais o acesso à informação sobre sexo, à prevenção da violência sexual, ao estabelecimento de relações seguras e ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos. O objetivo deste trabalho foi analisar o trabalho de educação sexual realizado para as pessoas com necessidades especiais em uma APAE no interior de Minas Gerais. A pesquisa, de natureza qualitativa, utilizou observação e entrevistas para compreender o contexto e as práticas da instituição. Os resultados mostraram que as professoras apresentam dificuldade de trabalhar o assunto, apontando inclusive negação para tal assunto. Enfatizaram que seus alunos são casos mais graves, que apresentam comorbidades mais severas e assim, não entendem muito. Relataram que talvez eles façam algumas coisas como a masturbação, mas sem entender completamente, é mais pelo prazer sentido ao tocar a zona erógena. Outra professora afirmou que não conseguiu trabalhar o tema ainda, pois está priorizando outras matérias, devido a idade de seu aluno.

PALAVRAS-CHAVE: APAE; educação sexual; pessoas com necessidades especiais.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é compreendida como parte fundamental do desenvolvimento das pessoas, não se limitando ao ato de concepção, mas que abrange outras características, como sociais e históricas, e se manifesta de diversas formas, através

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

²Psicóloga, Doutoranda em Educação, Mestre em Educação e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

de atos, valores, rituais e representações que externam desejos e prazeres (Quirino e Rocha, 2012).

A educação sexual segundo Figueiró (2007), vai muito além do estudo das funções biológicas e reprodutoras do indivíduo, abrangendo também a possibilidade de trabalhar diálogos, ponderações e debates coletivos com os colegas, sob a condução de um educador. Esse processo é fundamental para oferecer espaço para explorar questionamentos, percepções, sensações, atitudes e princípios.

Segundo Miranda e Campos (2022), uma das funções da educação sexual nas escolas é garantir que estudantes consigam detectar situações de risco e abuso. Sendo assim, é crucial desfazer o equívoco existente no qual sugere que esse ensino estimule a prática de relações sexuais entre crianças e adolescentes. A violência sexual causa sequelas físicas e psicológicas que podem perdurar por toda a vida. Logo, os menores devem ser instruídos sobre a inviolabilidade de seus corpos. Outro ponto importante é que o abuso sexual, muitas vezes, ocorre dentro de casa, e é, muitas vezes, identificado na escola. As vítimas, com frequência, são obrigadas a permanecerem em silêncio e, usualmente, não tem noção de que estão sendo abusadas.

Colombo (2022), afirma que todas as pessoas tem direito de receber educação sexual, sendo ela feita nas escolas por meio de profissionais capacitados. Entretanto, temas que incluem sexualidade das pessoas com deficiências são evitadas e pouco abordadas, criando um ambiente pouco propício para os profissionais. Todo esse tabu acontece por conta de mitos, por conseguinte, é preciso que seja distribuído mais conhecimentos acerca do tema. É importante que pessoas com deficiências possuam uma educação sexual eficaz para que possam conhecer seu corpo e o dos outros, usufruindo de seu direito a uma vida completa.

O trabalho em questão justifica-se através de uma experiência de estágio do curso de psicologia realizada por meio de observação de serviços ofertados em uma Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE- localizada na Zona da Mata Mineira.

O objetivo deste trabalho foi analisar o trabalho de educação sexual realizado para as pessoas com necessidades especiais em uma APAE no interior de Minas Gerais.

Trabalhos como este são importantes para garantir o respeito aos direitos humanos fundamentais, prevenir abusos, promover autonomia e inclusão social, melhorar a qualidade de vida e atender às demandas específicas das pessoas com necessidades especiais. Ao fornecer informações sobre sexualidade de forma inclusiva, a APAE contribui para o empoderamento das pessoas, reduzindo estigmas e promovendo uma sociedade mais igualitária e respeitosa com a diversidade humana.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Mamprin (2009), a sexualidade é tópico de relevância primordial no contexto escolar, motivado por uma variedade de fatores. A compreensão dos desejos e sentimentos, muitas vezes guardados no âmago das pessoas, pode ser instrumental no reconhecimento e abordagem de diversas problemáticas relacionadas à sexualidade, incluindo as questões de gênero. Além de desempenhar um papel crucial na abordagem de questões sensíveis, como as relacionadas à desigualdade de gênero, apesar dos avanços significativos alcançados pelo universo feminino ao longo das últimas décadas. Também ressalta que o ambiente escolar, caracterizado pela diversidade cultural e social, serve como um espaço vital onde crianças e adolescentes se reúnem para construir conhecimento, culturas e valores.

Conforme Denari (2002), desde a adolescência, muitas restrições são impostas às pessoas com deficiência mental, justificadas por uma ética sexual baseada no medo e disfarçada como proteção familiar, o que reforça determinadas concepções sobre indivíduo, deficiência e sexualidade.

Toda pessoa tem uma história de vida e uma história sexual. Sabendo-se que socialmente a estética corporal afeta principalmente o corpo que é discrepante daquele considerado ideal, e o corpo da pessoa com deficiência (seja física, intelectual ou sensorial), por afastar-se desse padrão acaba sendo tido como distante da sexualidade, além desses modelos corporais hegemônicos acabarem por reforçar os preconceitos e estigmas que recaem sobre os outros corpos (Colombo, 2022, p.15).

A deficiência e a doença historicamente se associam à dor e à morte, mantendo o estigma de desvantagem social. Não deficientes tendem a perpetuar essa diferenciação, alimentando mitos sobre a sexualidade dos deficientes, mesmo quando a deficiência é invisível, o sentimento de diferença pode ser internalizado pelos próprios deficientes, levando ao estigma e menosprezo em aspectos sociais e

afetivos. O preconceito, portanto, pode estar enraizado nas convicções dos próprios deficientes, seus familiares e parceiros, reforçando a visão de que a sexualidade dos deficientes é desviante dos padrões normais (Maia e Ribeiro 2010).

Segundo Figueiró (2009), a abordagem da orientação sexual no ensino fundamental tem sido limitada devido à falta de segurança dos professores em abordá-la. As razões para essa limitação incluem a falta de tempo para preparação das aulas e a preocupação com questões como a gravidez indesejada entre os alunos. A implementação do tema é desafiadora e muitas vezes permanece como um ideal na narrativa dos educadores, contrastando com a realidade escolar. Há uma necessidade evidente de cursos de formação continuada para os professores lidarem com essa questão, exigindo motivação, ausência de preconceitos e um compromisso firme em ajudar os alunos a compreenderem a sexualidade como parte integrante do equilíbrio humano.

Ao se tratar da educação sexual para pessoas com deficiência, a situação se torna ainda mais delicada. A combinação dos preconceitos sobre deficiência e sexualidade, incluindo mitos de ausência de interesse sexual e comportamento sexual excessivo em pessoas com deficiência, com discursos neoconservadores atuais, pode dificultar ainda mais o acesso à informação sobre sexo, à prevenção da violência sexual, ao estabelecimento de relações seguras e ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos (Mendes e Denari, 2023).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2023), o Atlas da Violência revela que a violência sexual cometida contra pessoas com deficiência foi a terceira mais notificada no país, perdendo apenas para a violência física e a violência psicológica. Destaca-se, com relação à faixa etária, que crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, a violência sexual foi a mais frequente.

Diante disso, vale enfatizar Mamprin (2009), que descreve que os educadores assumem a responsabilidade de orientar os estudantes na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Contudo, ressalta-se que, muitas vezes, o foco que recai apenas na conclusão dos conteúdos planejados, negligenciando-se a importância de torná-los significativos para os alunos. Figueiró (2009) completa, afirmando que o papel do educador é acolher os estudantes, estimular o diálogo e

deixar de lado seus próprios valores pessoais para oferecer apoio na compreensão das emoções e experiências dos jovens.

Conforme explicado por Fortunato (2023), o acesso à educação sexual é um direito fundamental para todos, no entanto, pessoas com deficiência frequentemente são deixadas de lado, o que perpetua a desinformação e o preconceito. A educação sexual precisa ser inclusiva, abordando tópicos como anatomia, consentimento, doenças sexualmente transmissíveis, contracepção e a construção de relacionamentos saudáveis. Infelizmente, pessoas com deficiência estão mais suscetíveis ao abuso sexual devido à falta de conhecimento e à dependência de cuidadores. É crucial que compreendam e expressem seu consentimento. Os serviços de saúde sexual devem estar disponíveis para todos, independentemente de suas capacidades, e devem incluir informações sobre saúde sexual, métodos contraceptivos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. A discriminação e as barreiras físicas não devem impedir que pessoas com deficiência obtenham os cuidados de saúde sexual de que necessitam.

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa através do método de observação e entrevista. De acordo com Martins (2004), a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia o estudo de micro processos, a separação do trabalho em processos menores que, unidos, alcançam o todo, por meio da análise das ações sociais individuais e grupais, realizando uma observação aguçada dos dados. Ela depende do domínio teórico e metodológico do cientista social, refere-se ao trabalho que deve ser realizado com a aplicação da intuição, imaginação e experiência do pesquisador.

A observação segundo Pereira (2011), é imprescindível para a ciência, assumindo diversas técnicas e formas, é importante ser cuidadoso, porque as pessoas tendem a observar algumas coisas e ignorar outras. A observação é ativa e se sustenta por meio de questões e hipóteses. Trata-se de um método muito usado nas ciências sociais devido a seu alto grau de precisão.

Já a entrevista, conforme Duarte (2004, p.215):

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos,

mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix. A observação foi realizada em uma Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE- localizada na Zona da Mata Mineira, ao longo dos meses de fevereiro a maio de 2024, totalizando 40h, oportunizando a observação do funcionamento, das atividades e demanda dos serviços ofertados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A APAE observada é um imóvel com dois andares, mantido pelo Estado, no entanto, parece estar sem manutenção, se apresentando com paredes descascando, várias rachaduras, filtros que não funciona, piscina desativada, matos altos e horta abandonada. O local possui uma grande precariedade com relação a recursos materiais. O espaço fica localizado em uma região periférica da cidade.

Com relação aos funcionários do local, são cinco professoras, duas secretárias, duas responsáveis pelos serviços gerais, uma motorista e a diretora. Além deles, a instituição oferece atendimento de uma psicóloga, uma fonoaudióloga e uma fisioterapeuta. Atualmente, funciona nos turnos matutino e vespertino, com cinquenta estudantes, com idades que variam de cinco a quarenta e dois anos, entretanto, foi observado durante o período de estágio uma quantidade bem menor de estudantes que realmente estava frequentes às aulas.

A APAE, apesar de ser reconhecida como uma entidade de utilidade pública em níveis federal, estadual e municipal, enfrenta vários desafios, especialmente em termos de pessoal e finanças. Esses recursos, embora pequenos em comparação com o compromisso dos membros da organização com a sociedade, a família e as pessoas com deficiência, são essenciais para o funcionamento da instituição. O crescimento econômico desordenado e a redução da participação estatal nas políticas públicas são fatores que aumentam o desequilíbrio social, impactando diretamente as organizações sem fins lucrativos, como as APAEs. Os desafios são

grandes, pois as APAEs dependem de doações para sua manutenção, não podem gerar lucros e devem reinvestir qualquer excedente na instituição e em suas atividades sociais. Além disso, a falta de voluntariado e o desinteresse de órgãos públicos municipais em certas regiões agravam sua situação (Silva e Silva, 2008).

Para compreensão da instituição, realizamos uma entrevista e perguntamos as professoras sobre o trabalho que realizam na instituição. Para manter o sigilo ético, os nomes que apresentamos são fictícios e assim, a professora Alane disse que tem uma turma mista, que trabalha com alfabetização com alunos do primeiro, segundo e terceiro ano, lecionando aulas de português, matemática, história, geografia, artes, ciência, ensino religioso e educação física. A professora Daniela e Beatriz relataram que trabalham com EJA - Educação para Jovens e Adultos, a Beatriz enfatizou que são alunos de 20 a 42 anos. A professora Camila disse trabalhar com o ensino infantil, apenas um aluno de quatro anos. A Professora Eliane infelizmente não pode participar da entrevista, devido a alguns fatores externos.

Perguntamos as professoras a respeito da educação sexual, querendo entender se o assunto é abordado na APAE, diante disso, as professoras Daniela e Beatriz disseram da dificuldade de trabalhar o assunto, apontando inclusive negação para tal assunto. A professora Daniela enfatizou que seus alunos são casos mais graves, que apresentam comorbidades mais severas e assim, não entendem muito. Relatou que “talvez eles façam algumas coisas como a masturbação, mas sem entender completamente, é mais pelo prazer sentido ao tocar a zona erógena. Aí eu tento distrair, dou uma atividade diferente, para tirar a atenção”. A professora Camila afirmou que não conseguiu trabalhar o tema ainda, pois está priorizando outras matérias, devido a idade de seu aluno.

A professora Alana relatou, fazendo gestos de uma adolescente que senta, se movimenta “se masturbando”:

Não pode falar. Tem o caso de uma adolescente por exemplo, que tem Síndrome de Down, que pela minha experiência aqui na APAE, já tive que procurar ajuda psicológica para lidar com essa situação, mas essa menina, ela senta e se masturba, aí eu tenho que ficar sempre falando para ela descer a perna, para não faz isso. Aí ela vem e fica se masturbando. Aí são coisas que tem que ficar tomando conta o tempo inteiro, aí quando começa a cobrar muito, ela já não quer cooperar, fica resmungando, aí eu deixo para lá, mas se descuidar um pouquinho ela já volta com a perninha para essa posição. É complicado porque o objetivo da escola é ajudar, aí eu

pego um brinquedo, conto uma história, peço para levantar e tomar uma água nessas situações para distrair. É complicado porque são seis alunos e cada um é de um jeito, tem três que são mais voltados para sexualidade (Alana, 2024).

Conforme Maia (2001), os professores apresentam dificuldade em lidar com uma ampla diversidade de manifestações da sexualidade, como a masturbação, exibicionismo, jogos e brincadeiras sexuais, e interações afetivas românticas e outras formas de expressão sexual. Frequentemente, esses comportamentos são erroneamente compreendidos de maneira ampla, muitas vezes estabelecendo uma conexão entre a deficiência e a sexualidade, como se uma fosse a explicação para a outra. Nesse sentido, os professores muitas vezes acabam refletindo os valores e comportamentos familiares, como o silenciamento, da supressão de sua expressão e até mesmo da tendência a infantilizar o comportamento dos adolescentes e adultos deficientes. Quando surgem programas de orientação, estes tendem a focar principalmente em concepções limitadas da sexualidade centradas nos órgãos genitais, negligenciando os aspectos psicossociais e as dimensões afetivas dentro de um contexto social mais abrangente.

A professora Beatriz traz em sua fala exemplos vivenciados no seu cotidiano:

Sim, na minha turma eu tenho uma aluna que é mãe e tenho outro que eu acredito que ele já teve relações sexuais, mas eu não falo muito sobre o tema, só quando surge alguma curiosidade, aí eu procuro conversar mais no geral, porque eu tenho uma jovem de uns 22 anos, deficiente intelectual, que não gosta que fala desses assuntos, acha que é errado, não pode falar, porque ela já é uma menina que não pensa nisso, sexualmente nunca envolveu com ninguém, então ela já começa a achar que não pode falar sobre esses assuntos. Além disso, ela é evangélica, muito reservada. Então, eu sempre procuro dar uma resposta mais superficial, dependendo da pergunta, eu procuro o aluno depois e converso no particular. Além disso, é um tema complicado de falar, muitos pais acham que falando sobre, nós vamos incentivar eles a praticarem o ato, acreditam que os filhos serão eternas crianças, o que não é verdade, eles sentem desejos, talvez não por outras pessoas, mas eles sentem prazer, tem inclusive relatos de crianças e adolescentes aqui na instituição se masturbando, aí temos que ficar distraído para tirar o foco deles. Os com síndrome de Down parecem ter uma sexualidade mais aflorada, eu reparei nesses anos trabalhando aqui, eles parecem querer fazer as coisas, tem muita imaginação, tem uns três que eu já reparei que ficam simulando que estão abraçando, beijando e até masturbando, então não sei se é algo relacionado à síndrome em si, mas é algo que reparei. Nós sempre fazemos treinamentos, cursos e reuniões, e em uma das reuniões, estávamos discutindo sobre isso, sobre a questão da sexualidade dos alunos nas APAE, e uma das palestrantes deu o depoimento sobre dois jovens com síndrome de Down tinham casado e os pais sempre davam apoio, ficavam de olho para garantir que eles conseguissem viver sozinhos e se estavam dando conta. E a moça reclamava muito com a mãe sobre estar sentindo dor na hora do sexo e

quando a mãe foi descobrir, eles estavam fazendo sexo anal e eles achavam que o sexo era ali, para você ver a falta de orientação, e ela estava sentindo um incômodo porque não estava sendo feito da forma adequada, então faltou comunicação dos pais com relação a isso, nós escutamos casos como esse e percebemos que coisas que achamos que são bobas e que não precisa falar ou fala só superficial é suficiente. Mas esse tema para nossa clientela é bem difícil de lidar (Beatriz, 2024).

Conforme Denari (2002), os pais frequentemente delegam à escola a responsabilidade pela educação sexual inicial, enquanto a escola se sente despreparada para essa tarefa, criando uma contradição social. A sociedade tenta categorizar à adolescência, ignorando as condições particulares dos jovens, e desenvolve estratégias de controle baseadas em uma visão desfavorável da sexualidade.

Ao serem questionadas a respeito às questões biológicas, como a menstruação, a professora Camila disse que não tem muito a dizer, já que não tem muito contato com os alunos mais velhos. As professoras Beatriz e Daniela, por outro lado, disseram que a maioria das meninas falta às aulas durante o período em que estão menstruadas, poucas vem às aulas nesse período e as mães avisam, para que quando necessário, elas troquem os absorventes das adolescentes ou deem banho nelas, caso se sujem. A professora Alane confirma descreveu:

Não é fácil, eu vou te contar, antigamente quando menstruava uma, todas as outras menstruavam também, aí você tinha que trocar todas de uma vez, dar banho, sujava as roupas, umas gritavam. Hoje, as mães nem mandam mais as meninas menstruadas para escola, dizem que elas estão cólicas, então parece que amadureceu um pouco essa situação, já teve caso de no passado a menina pegar a toalhinha, não era nem absorvente porque a pobreza era tanta, e jogar na cara do outro. Já teve situação da menina sentar e quando levantou a roupa estava suja de sangue e os meninos gritarem que machucou. Inclusive, há um tempo, uma menina menstruou e não viu, sujou a roupa e eu tive que dar um jeito e dar um banho nela e arrumar uma roupa para ela poder ir para casa. No dia seguinte, ela nem veio à aula por conta disso. Hoje eu acho normal lidar com essa situação, agora com rapazes é bem complicado, principalmente quando eles estão bem agitados, aí tem que mandar tomar água, "Toma água que passa!", mas é complicado, eles ficam suando, dá para ver nitidamente, eu vejo porque eu já sei, entendo e tudo né, o movimento e tudo, aí já dá para intervir, mas um novato não percebe de cara (Alane, 2024).

A professora Daniela explicou a importância de ensinar sobre menstruação, porém, alega que nem todas as alunas tem a capacidade internalizar o assunto.

Normalmente conversamos com os mais novos, como por exemplo, temos uma aluna que não tem mãe, ela mora só com o pai. Como ela começou a estudar na APAE bem novinha, nós professores chegamos à conclusão que

teríamos que ensinar essas coisas para ela, claro que na época correta, por conta disso. Na maioria das vezes a própria mãe ensina em casa, já algumas alunas nem dão conta se estão menstruadas ou não, temos o caso de uma mulher que a mãe coloca o absorvente e a gente troca. Algumas pessoas dão anticoncepcional para as filhas, mas a grande maioria não. Nós explicamos, mas boa parte dos alunos não consegue internalizar muito bem (Daniela, 2024).

A falta de educação sexual transforma a primeira menstruação em uma experiência inesperada, frequentemente marcada pelo medo e pela vergonha. Historicamente, a menstruação gera crenças, comportamentos e rituais que influenciam a visão do corpo feminino. Mesmo nas sociedades modernas, especialmente em boa parte do mundo ocidental, os significados culturais continuam a impactar a subjetividade das mulheres, afetando seu reconhecimento social e seus direitos, mais ainda, quando falamos de pessoas com necessidades especiais (Fáveri e Venson, 2007).

Para encerrar, foi perguntado para as professoras como elas abordam questões envolvendo limites com o próprio corpo e com o corpo dos outros. A professora Daniela e a professora Camila disseram que ensinam seus alunos que determinadas áreas ninguém pode tocar, só a própria pessoa no momento da higiene, mas que não pode ficar mexendo e nem deixar outra pessoa mexer, dizendo que o corpo é algo sagrado. A professora Alane disse que “explica que a região entre o umbigo e a coxa, só a própria pessoa pode cuidar, que eles não sabem que se trata da região íntima, apenas que outras pessoas não podem manusear”. A professora Beatriz disse:

Eu falo de uma forma mais ampla, por já se tratarem de alunos mais velhos e também por conta da aluna que comentei antes. A minha outra aluna, que é mãe, eu tomo um pouco mais de cuidado por conta da filha de dez anos dela, sempre oriento sobre não deixar ela ir para a escola sozinha, tomar cuidado, que é muito perigoso. Como ela tem autismo, muitas vezes ela não põe maldade, então eu sempre estou orientando, seja para não deixar ela ir para casa de coleguinha, não pode deixar sem supervisão. O pai da menina também tem uma certa limitação cognitiva, então eu sempre tento dar um apoio a eles. Aqui na APAE, nós acabamos dando um apoio não apenas em questões escolares, mas também para a vida deles (Beatriz, 2024).

A escola tem um papel crucial na desconstrução de preconceitos ao abrigar uma diversidade de alunos e na educação especial, não é diferente. É essencial promover um ambiente de diálogo aberto sobre sexualidade, incentivando reflexões coletivas e individuais. Os cursos de formação precisam incluir disciplinas sobre

sexualidade e educação sexual, e os profissionais devem se manter atualizados por meio de cursos de formação continuada. Reconhecer a importância da combinação entre educação para pessoas com necessidades especiais e educação sexual é fundamental, assim como implementar políticas públicas que tornem obrigatória a educação sexual nas escolas e assegurando sua continuidade por meio programas estruturados e bem planejados (Colombo, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da educação sexual para pessoas com necessidades especiais é uma questão crucial que enfrenta muitos tabus e resistências, especialmente em instituições como a APAE. Enfatizamos a importância de implementar programas de educação sexual adaptados e que respeitem e atendam às particularidades das pessoas com necessidades especiais, uma vez que, como resultado da pesquisa, podemos dizer que existe uma falha/falta de informações claras no atendimento.

Destacamos a educação sexual como um direito fundamental de todas as pessoas, incluindo aquelas com necessidades especiais, entendendo que a falta de informação adequada pode resultar em consequências graves, como vulnerabilidade a abusos e exploração, além de dificuldades no desenvolvimento de relacionamentos saudáveis e na compreensão do próprio corpo.

Destacamos ainda, a necessidade urgente de capacitar os educadores para promoção de diálogo aberto com as famílias, enfatizando a importância da educação sexual inclusiva, além de futuras iniciativas que contemplem a criação de um ambiente de apoio e confiança, onde tanto educadores quanto alunos se sintam à vontade para discutir e aprender sobre sexualidade de maneira segura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - Educação é a Base**. Brasília. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . Acesso em: 3 jun. 2024.

COLOMBO, Isabella Mota. **EDUCAÇÃO SEXUAL NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS ESPECIAIS**. Ufscar.br, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16310> . Acesso em: 10 mar. 2024.

DENARI, Fátima Elisabeth. Sexualidade & deficiência: Reflexões sobre conceitos. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 08, n. 01, p. 09-14, 2002. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382002000100003&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 01 jun. 2024.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, v.1, n. 24, p. 213–225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2024.

FÁVERI, Marlene de; VENSON, Anamaria Marcon. Entre vergonhas e silêncios, o corpo segregado: práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação. **Anos 90**, v.14, n.25, p.65-97. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/5403/3060> . Acesso em: 07 jun. 2024.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina. UEL, 2009. Disponível em: https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/Educacao_Sexual_Multiplos_Temas.pdf . Acesso em: 1 jun. 2024.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Homossexualidade e educação sexual: construindo o respeito à diversidade**. Londrina, PR: Uel. 2007. Disponível em: https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/HOMOSSEXUALIDADE_E_EDUCACAO_SEXUAL.pdf. Acesso em 22 abr. 2024.

FORTUNATO, Paulo. **Educação sexual e deficiência**. APAE Curitiba.2023. Disponível em: <https://apaecuritiba.org.br/educacao-sexual-e-deficiencia/#:~:text=A%20Import%C3%A2ncia%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Sexual&text=No%20entanto%2C%20muitas%20vezes%2C%20pessoas,diversas%20habilidades%20cognitivas%20e%20f%C3%ADsicas> . Acesso em: 07 jun. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da violência 2023**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf> . Acesso em: 3 jun. 2024.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 07, n. 01, p. 35-46, 2001. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v07n01/v07n01a04.pdf> . Acesso em 07 jun. 2024.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista brasileira de educação especial**, v. 16, n. 2, p. 159–176, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/kYLkXPZsQVxZ85S95S3fQMz/#> . Acesso em: 01 jun. 2024.

MAMPRIN, Ângela Maria Paccola. **A importância da educação sexual na escola para prevenção de conflitos gerados por questões de gênero.** Londrina. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1940-8.pdf> . Acesso em: 29 mar. 2024.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.** v.30, n.2, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?lang=pt> . Acesso em: 29 mar. 2024.

MENDES, M. J. G.; DENARI, F. E. Sexo e deficiência: Educação sexual de discentes com deficiência intelectual segundo suas professoras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023091, 2023. DOI: 10.21723/riaae. v18i00.17162. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17162> . Acesso em: 6 jun. 2024.

MIRANDA, J. C.; CAMPOS, I. do C. **EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: UMA NECESSIDADE URGENTE.** Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108–126, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.7151234. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732> . Acesso em: 10 mar. 2024.

PEREIRA, TK. **MÉTODO DA OBSERVAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DE SEU USO E FORMAS DE APLICAÇÃO.** Academia.edu. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/4914317/M%C3%A9todo_da_Observa%C3%A7%C3%A3o_reflex%C3%B5es_acerca_de_seu_uso_e_formas_de_aplica%C3%A7%C3%A3o . Acesso em: 29 mar. 2024.

QUIRINO, Glauberto da, ; ROCHA ,Teixeira da Silva, João. **SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERCEPÇÃO DOCENTE** 1 Sexuality and sex education in teachers' perception. v. 43, p. 205, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/viewFile/25638/17616> . Acesso em: 06 abil 2024.

SILVA, Jakelliny Soares; SILVA, Enoc Barros da. **TERCEIRO SETOR – Um Estudo de Caso Apae – CRIXÁS.** Aee.edu.br. Rubiataba, Goiás. 2008. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/handle/aee/21159>. Acesso em: 07 jun. 2024.